

Estiagem pode causar quebra de mais de 10% na safra de soja

Marcos Vergueiro/Secom - MT



Fortemente afetada pela onda de calor e falta de chuvas nos últimos meses, a produção de soja em Mato Grosso deve recuar mais de 10%. A estimativa foi feita pelo presidente eleito da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT),

Lucas Costa Beber, em conversa com jornalistas. Março tradicional do início do período chuvoso, o mês de novembro tem sido seco em Mato Grosso, devido ao fenômeno El Niño. O período prolongado de estiagem atrasou o início do plantio da soja e a onda de calor

afetou a germinação das sementes em várias regiões do estado. Diante da situação, alguns produtores já cogitam antecipar o plantio do algodão, para compensar as perdas

Pág. 7

“Reforma tributária terá graves consequências para MT”

O governador Mauro Mendes (União) declarou que tem grande preocupação com os impactos da reforma tributária para o estado de Mato Grosso e também para o Brasil. Em conversa com jornalistas, Mauro ressaltou que Mato Grosso sofrerá

grandes perdas de arrecadação com a mudança na forma de tributação e a desoneração de todas as cadeias produtivas que têm foco na exportação, como o agronegócio e a mineração – carros-chefes da economia mato-grossense. Mauro apon-

tou ainda que a reforma tributária pode trazer graves consequências para os serviços públicos, já que não houveram mudanças no custo do Estado brasileiro antes de mexer na fonte de receitas

Pág. 8

Juiz nega bloquear contas da vereadora Edna Sampaio

Arquivo Pessoal



O juiz Bruno D’Oliveira Marques, da Vara Especializada em Ações Coletivas de Cuiabá, negou o pedido do Ministério Público de Mato Grosso (MPE) para bloquear R\$ 40 mil em bens da vereadora Edna Sampaio (PT) por suspeita de apropriação indevida da verba indenizatória de sua ex-chefe de gabinete Laura Abreu. O MP busca a condenação da vereadora por improbidade administrativa e o pagamento de indenização de R\$ 40 mil. Conforme o juiz, o Ministério Público deixou de apontar no “caso concreto, o perigo de dano irreparável ou o risco ao resultado útil no processo, consubstanciado na dilapidação ou ocultação patrimonial, passíveis de frustrar eventual ressarcimento ao erário”

Pág. 3

Presidente do TCE quer construir nova sede

Pág. 6

Não vendemos boias, vendemos segurança para seu pandinha.

Unidade Shopping Estação Cuiabá-MT

Retrocesso vacinal

Entre as consequências mais graves da pandemia de covid-19, a vacinação infantil contra doenças já conhecidas - como meningite, coqueluche e sarampo - registrou o pior dos retrocessos. Levantamento realizado com base nos dados do Ministério da Saúde apontou que a vacinação infantil atingiu o menor patamar em três décadas, abrindo margem para o retorno de doenças que já não faziam mais parte do cotidiano dos brasileiros, como a poliomielite. Esse retrocesso já vinha acontecendo silenciosamen-

te desde 2016. A pentavalente - que protege contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e bactéria Haemophilus - tinha cobertura de 96% em 2013, que caiu para 84% em 2017 e atingiu 68% em 2021. A tríplice viral, que protege contra o sarampo, rubéola e caxumba, caiu de 107% de cobertura vacinal em 2013 para 86% em 2017 e chegou a 71% em 2021. Não é de se espantar que Roraima tenha vivido um surto dessa doença em 2018. Outrora conhecido como um exemplo na imunização infantil, o Brasil corre o risco de

ver a ressurgência de doenças que já haviam sido esquecidas. Para alguns especialistas, é um problema decorrente do próprio sucesso do programa de imunização, já que a prevenção dessas doenças graves faz a população esquecer que elas existiam e, assim, passa a negar os benefícios da vacinação. Mas também há um ‘dedinho’ estatal incentivando a queda na vacinação, por meio do corte de verbas destinadas à publicidade das campanhas de vacinação. Esses recursos vêm sendo cortados constantemente desde 2017, quando se investia R\$ 97 milhões ao ano para levar os brasileiros aos postos de vacinação. Desde então, caiu para R\$ 86

milhões em 2018 e foi caindo até chegar ao patamar mínimo de R\$ 33 milhões em 2021, ano da pandemia. Justamente o ano da pior cobertura vacinal em 30 anos. Isso sem falar nas ações mais recentes que contestaram a necessidade de vacinar crianças contra a covid-19, levando pais e responsáveis a contestar a vacinação como um todo. Com a baixa vacinação, algumas regiões do Brasil já sofrem com surtos de doenças que eram consideradas sob controle. Além do surto de sarampo em Roraima, houve surto de febre amarela em nove estados entre 2016 e 2017, e de coqueluche, além de casos de difteria e doença

meningocócica. Essas doenças causavam interações constantes entre 1980 e 1990, mas foram aos poucos caindo no esquecimento devido ao avanço da vacinação. Para recuperar a cobertura vacinal e retomar o patamar de imunização, será necessário um esforço hercúleo do governo. A comunicação deve exercer um papel primordial, relembrando à população dos danos que essas doenças causavam em décadas passadas, quando as vacinas não eram tão disponíveis. Também é preciso combater a ideologização das campanhas de vacinação. Não será fácil, mas nossas crianças merecem a chance de um futuro.

Águas Cuiabá: falta clareza

Eduardo Magalhães (*)

O saneamento básico, como a própria denominação já expõe, é a infraestrutura básica para a garantia da qualidade de vida e do desenvolvimento social e econômico da população. Imagine ficar sem água em sua residência ou com esgoto escorrendo à céu aberto? Só de imaginar já vem o sentimento de aflição, correto? Com o objetivo de verificar a estrutura dos trabalhos da Águas Cuiabá, concessionária de água e esgoto da capital, em fevereiro deste ano, instauramos a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e com ela constatamos o que já era esperado, ou seja, a prefeitura está fazendo vista grossa ao mau serviço que a Águas Cuiabá tem feito em nossa capital. Portanto, desafio a qualquer um a me dizer quando foi que viu na televisão uma propaganda patrocinada pela Prefeitura de Cuiabá, que tem um orçamento de mídia de mais de 30 milhões, dizer que a partir do momento que passasse a rede de esgoto, você

teria que fazer a ligação por conta própria? Isso significa que se a pessoa não fizer a ligação de esgoto, será cobrado dela 90% em sua conta de água, e detalhe que nessa rede não está passando nenhuma de esgoto, porém a Águas Cuiabá está recebendo e a prefeitura não faz nada. Então há uma convivência da prefeitura com o que está acontecendo. Não há nenhum relatório com um número exato das residências interligadas ao sistema de esgotamento sanitário, tampouco a quantidade e a capacidade de tratamento do esgoto que a empresa possui atualmente. A Águas Cuiabá está ganhando dinheiro fácil e a prefeitura não tem feito o papel dela de cobrar, fiscalizar e conscientizar, simplesmente a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cuiabá (Arsec) aplica as multas, contudo nunca cobrou nenhuma. É aquela história, eu finjo que cobro e você finge que paga. Sem contar a falta de comunicação entre a concessionária e a secretaria de obras, que muitas vezes, no local onde uma concluiu a malha asfáltica, a outra ia lá e abria.

Não houve fiscalização sobre os reparos que deveriam ser realizados pela Águas Cuiabá, checagem do resultado que tiveram a malha asfáltica afetada, e nem qualquer adoção de medidas para coibir ou punir a Investigada pelos problemas nas ruas. Esperamos que que a Águas Cuiabá, a ARSEC e a Prefeitura de Cuiabá busquem soluções para a interligação das residências dos contribuintes de Cuiabá à rede coletora central, sugerindo-se, para tanto: A implantação do projeto Ligação Solidária para a interligação sem ônus, principalmente para as famílias de baixa renda A oferta de financiamento, por meio do Cuiabanco, aos demais contribuintes, a fim de viabilizar o pagamento parcelado dos valores a serem dispendidos pela Águas Cuiabá para a realização de tais obras A cobrança, pela investigada Águas Cuiabá, dos contribuintes, cuja residência ainda não tenha sido interligada à rede coletora de esgoto, do valor mínimo da taxa de esgoto, promovendo a restituição, na forma de compensação nas faturas seguintes, dos valores pagos a maior desde o início das cobranças

indevidas, nos termos da Lei nº 11.445/2007 A celeridade pela ARSEC do julgamento dos processos administrativos pendentes instaurados em face da Investigada Águas Cuiabá relativos aos fatos objetos do presente CPI, com o intuito de dar efetividade às sanções aplicadas, notadamente o pagamento de multa pecuniária A realização pela Prefeitura de Cuiabá das despesas necessárias para dar publicidade à população sobre a necessidade e importância da interligação de suas residências à rede coletora de esgoto, utilizando-se, para tanto, do orçamento previsto para a comunicação. Todas as informações apresentadas no relatório serão entregues ao Ministério Público Estadual (MPE) para apuração dessas questões. *EDUARDO MAGALHÃES é vereador por Cuiabá, e presidente do Republicanos na capital*



Tendências do ESG

Patricia Punder (*)

Por muitos anos temos ouvido a frase: “A propaganda é a alma do negócio”. Mas, com a evolução da economia e o advento dos programas de ESG (sigla em inglês para meio ambiente, social e governança) esta frase perdeu sentido. A propaganda continua sendo importante para as empresas e sociedade, contudo, não podemos mais afirmar que as marcas irão garantir a lucratividade das empresas. O mercado publicitário gosta de usar o jargão, “posicionamento das marcas”. Muitas técnicas foram utilizadas no passado para posicionar as marcas, inclusive, o uso de pequenas histórias, conhecido como storytelling, com o intuito de despertar emoções nos consumidores e gerar o desejo de compra. Contar pequenas histórias, que possuam um objetivo ou ensinem valores, tem sido uma constante na história dos seres humanos. Seja desde os homens das cavernas, ao aprendizado na sociedade grega, ou as

famosas fofocas que chegam até os dias atuais, a linguagem oral transmite ensinamentos, valores e ideias, está intrínseca na cultura do homem. Apesar do acima exposto, agora as empresas estão sendo demandadas a explicar o que fazem e como fazem, qual o impacto de suas atividades no meio ambiente e social, como fazem a gestão de seus negócios. A transparência passou de obrigação para uma questão de sobrevivência, uma vez que os consumidores querem saber tudo sobre os negócios das empresas. A responsabilidade das organizações passou a ser a criação de soluções sustentáveis para o bem-estar das pessoas e do planeta. ESG não é apenas dar lucro, mas ajudar as empresas a gerarem o lucro de forma sustentável ao meio ambiente e com responsabilidade social perante seus colaboradores e sociedade em geral. Sendo assim, hoje não basta ter uma publicidade que a empresa, ou sua marca, será net zero, em determinado ano. Isto não é mais um diferencial competitivo. Trata-se de sobrevivência

do nosso planeta. Portanto, se tornou uma obrigação ou responsabilidade das empresas com relação ao nosso futuro. A reputação de uma organização agora transcende as marcas. Se as empresas pensarem somente no posicionamento de suas respectivas marcas, não irão sobreviver neste momento de evolução da economia. A perenidade dos negócios depende de um mercado consumidor, que tem cada vez mais acesso a informações através das plataformas sociais. O poder de decisão agora depende dos comentários e avaliações de outras pessoas, muitas vezes desconhecidas, daquela que irá tomar uma decisão de comprar. Consequentemente, as empresas terão que utilizar outras metodologias para demonstrar seu comprometimento com o meio ambiente e sociedade em geral, sem apelar para emoções ou propósitos. As companhias que compreenderem o que os consumidores querem terão um diferencial competitivo. Elas não precisam mais se posicionar, elas devem explicar de forma

honesta e transparência o que são, aonde querem chegar e quais as ferramentas que serão utilizadas para atingir seus objetivos. ESG é mais que publicidade, é um compromisso factível com o hoje e com o futuro. **PATRICIA PUNDER é advogada e compliance officer com experiência internacional. Professora de Compliance no pós-MBA da USFSCAR e LEC – Legal Ethics and Compliance (SP). Uma das autoras do “Manual de Compliance”, lançado pela LEC em 2019 e Compliance – além do Manual 2020. Com sólida experiência no Brasil e na América Latina, Patricia tem expertise na implementação de Programas de Governança e Compliance, LGPD, ESG, treinamentos; análise estratégica de avaliação e gestão de riscos, gestão na condução de crises de reputação corporativa e investigações envolvendo o DOJ (Department of Justice), SEC (Securities and Exchange Commission), AGU, CADE e TCU (Brasil). www.punder.adv.br*



Análise da concorrência

Daniella Doyle (*)

Para poder ingressar em um mercado com um novo empreendimento, um dos pontos mais importantes que os empreendedores devem se atentar é a análise de concorrência, também chamada de análise de mercado, que consiste em monitorar de forma regular alguns aspectos dos concorrentes de uma empresa, que são identificados como negócios que oferecem produtos e/ou serviços similares. Esse estudo é fundamental em etapas como planejamento e gerenciamento de vendas, pois permite a identificação de riscos e oportunidades capazes de prejudicar ou impulsionar suas vendas. Por meio dessa análise, é possível descobrir vantagens competitivas que devem ser exploradas pelo ne-

gócio, e esse ponto é um grande diferencial quando levamos em conta a competitividade do mundo corporativo. Um estudo como esse, feito de forma cuidadosa e séria e que leva em consideração cada informação obtida, certamente se transforma em uma parte importante do planejamento estratégico da empresa, pois aponta o melhor caminho para o negócio seguir rumo ao sucesso almejado. A análise de mercado também permite criar estratégias que afetam positivamente as vendas do negócio, impulsionando o faturamento e escalando o posicionamento da marca com base na assertividade das decisões que serão tomadas após compreender o cenário o qual a marca está inserida. Para realizar uma análise completa, é preciso considerar diversos aspectos, como

o produto trabalhado pelo concorrente, o preço, o público-alvo, as ações de marketing e os pontos fracos e fortes identificáveis na concorrência. Quando falamos do produto, é importante descobrir as empresas que trabalham com o mesmo tipo de produto ou serviço que seu negócio oferece, porém, uma dica importante é o mais abrangente possível, envolvendo empresas que ofereçam produtos similares ou mesmo substituíveis ao seu conforme a demanda, ou seja, qualquer concorrente em potencial. Ficar por dentro dos preços praticados pode oferecer um parâmetro para precificar seu produto ou serviço, porém, é importante levar em conta que a precificação depende de diferentes variáveis - desde o porte da empresa e a matéria-prima até o tipo de mercado que se busca atingir. Quando a diferença de preço é muito grande em relação aos concorrentes (considerando que eles possuam a mesma capacidade de suprir a demanda que sua empresa) é necessário reavaliar se há algum problema. O preço precisa estar alinhado com o posicionamento da empresa, pois se você busca comercializar produtos de alta qualidade, a qual será notada pelos clientes, evite deixar muito barato para o público não questionar a real qualidade. O posicionamento do seu negócio auxilia a definir um preço que esteja alinhado com seu público alvo. Busque verificar se a concorrência tem o mesmo público-alvo que sua empresa pois, se a segmentação do mercado for distinta, vocês não são concorrentes diretos. Avaliar ações de marketing dos concorrentes é inevitável, então verifique se eles investem em marketing digital e, se possível, quanto investem, sua participação em anúncios pagos, nível de acesso orgânico que as campanhas deles alcançam, produtos e temas com mais acessos etc.

O foco dessa análise é saber como eles atraem os clientes, para você usar uma estratégia de marketing que lhe diferencie dos demais ou utilizar uma mesma estratégia do concorrente que mostre bons resultados. Por fim, a análise de concorrência permite a você reconhecer pontos fortes e fracos, comparando-os a fim de buscar diminuir as fraquezas e ter vantagem competitiva em seu negócio por meio da elaboração de uma estratégia eficiente. Após a pesquisa, reúna todas as informações obtidas e compare os dados com o que você oferece, se houver muitos pontos enumerados, estabeleça os objetivos do levantamento para que fique mais alinhado, concentrando suas ações onde realmente importa. As informações obtidas por meio da análise de concorrência precisam ser mais um elemento de atenção no planejamento estratégico, somadas ao conhecimento do público-alvo, resultados, histórico de vendas etc. Para poder realizar esse levantamento de maneira eficaz, é importante contar com ferramentas de análise completas, porém, acima de tudo, o mais crucial para o processo é nunca subestimar a importância dessa etapa, afinal, ela pode ser a chave para o sucesso do negócio.

DANIELLA DOYLE é head de Marketing do Bling, sistema de gestão da LWSA. Com vasta experiência em cargos de gerência ao longo da carreira, Daniella tem especialização em Gestão de Mídias Digitais e Inteligência de Negócios, Comunicação Interna para Relacionamento Estratégicos e Gestão Estratégica de Marketing, entre outros. Hoje é responsável pela gestão de desempenho, marketing de produtos, marketing de crescimento, branding e marketing digital do Bling.



Jornal

FUNDADO EM 2020

CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:

DIRETOR GERAL:

GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:

GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:

AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:

Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT

Telefone: 65 99696-6688

SUPOSTA RACHADINHA

Magistrado aponta que o MP não conseguiu apontar o perigo irreparável; órgão pede condenação da petista por improbidade administrativa

Juiz nega bloquear contas de Edna



Edna é alvo de processo do MP por suspeita de apropriação indébita da VI de sua ex-chefe de gabinete

Da redação

O juiz Bruno D'Oliveira Marques, da Vara Especializada em Ações Coletivas de Cuiabá, negou o pedido do Ministério Público de Mato Grosso (MPE) para bloquear R\$ 4,0 mil em bens da vereadora Edna Sampaio (PT) por suspeita de apropriação indébita da verba indenizatória de sua ex-chefe de gabinete Laura Abreu. A decisão é do último dia 21 de novembro.

Conforme o juiz, o Ministério Público deixou de apontar no "caso concreto, o perigo de dano irreparável ou o risco ao resultado útil no processo, consubstanciado na dilapidação ou ocultação patrimonial, passíveis de frustrar eventual ressarcimento ao erário".

O documento assinado pelo promotor de Justiça Mauro Zaque aponta que a apuração

da suposta ilegalidade praticada pela vereadora cassada foi realizada por meio de transferências feitas no período entre setembro e dezembro de 2022 para a conta do marido da parlamentar, Willian Sampaio, as quais totalizaram o montante de R\$ 20 mil.

Devido a essas transferências, o MP pede o ressarcimento de R\$ 20 mil por dano aos cofres públicos e o pagamento de R\$ 20 mil em danos morais coletivos, além da condenação por improbidade administrativa.

Nos autos, Edna alegou inexistência de irregularidades nas transferências e justificou como é feita a utilização da VI em seu gabinete.

"A sistemática empregada para gestão dos recursos do gabinete consistente em "(i) realizar no cartão de crédito (vinculado à conta do mandato) todas as despesas possíveis de

serem realizadas no crédito e; ii) ao receber as verbas indenizatórias da Vereadora e da chefe de gabinete, transferi-las para a conta do mandato visando realizar o pagamento da fatura do cartão e os pagamentos restantes. Informou que, objetivando a agilidade operacional, certas despesas do mandato eram custeadas pelos cartões de créditos vinculados à sua conta bancária pessoal, na qual a Câmara Municipal realizava o pagamento da respectiva verba indenizatória de parlamentar, sendo tais valores retidos nessa conta para fins de pagamento das faturas geradas por tais despesas", consta nos autos.

O magistrado concedeu um prazo de 30 dias para que Edna apresente uma contestação, para que a Justiça decida se acata ou não o pedido da ação de improbidade administrativa.

CARGO RESTABELECIDO - Por causa da mesma denúncia, Edna chegou a ser cassada pela Câmara de Cuiabá após processo disciplinar na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. A petista teve o seu mandato cassado no último dia 11 de outubro.

A cassação foi revertida nesta quarta-feira, 22 de novembro, após o juiz Agamenon Alcântara Moreno Júnior, da 3ª Vara Especializada de Fazenda Pública de Cuiabá, conceder mandado de segurança à vereadora. Ele concluiu que a Comissão de Ética extrapolou o prazo limite de 90 dias para conclusão do processo de cassação de Edna, o que torna nulo todo o processo.

Edna retomou posse do seu mandato na quinta-feira, 23, e disparou críticas contra seus colegas de parlamento.

MINHA CASA, MINHA VIDA

Ministro minimiza ausência do PT em evento

Da redação

Ministro das Cidades, Jader Filho minimizou a ausência da bancada do PT no evento promovido pelo Governo do Estado nessa quinta-feira, 23 de novembro, em que foi lançado o Sistema Habitacional de Mato Grosso (SiHabMT), para facilitar o cadastro da população interessada no programa de casas populares, que deve entregar até 4,0 mil unidades em todo o estado até 2026.

Durante o ato, Mauro Mendes (União) assinou também o contrato de R\$ 350 milhões com a Caixa Econômica Federal, para subsidiar a construção

de casas populares por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal.

Em conversa com jornalistas, Jader Filho afirmou que a ausência de representantes do PT não representa um desprestígio nem estremece as relações com o governo estadual.

"Hoje nós temos presentes diversos parlamentares que dão apoio ao governo do presidente Lula. O slogan do presidente Lula é a 'união e reconstrução', exatamente o que nós estamos fazendo aqui. O presidente Lula não faz distinção de cor partidária, de quem é, de qual partido está à

frente do Governo do Estado. Nós temos que respeitar a decisão do povo. É aqui no estado do Mato Grosso nós temos os seus representantes, os seus representantes têm que ser respeitados. É essa a determinação do presidente", declarou.

Durante o evento, o senador Jayme Campos (União), que esteve alinhado com a ala bolsonarista em Mato Grosso nos últimos anos, disse que é preciso reconhecer o trabalho que o Governo Federal está realizando.

"Não sou do PT, é bom que fique claro, mas temos que fazer justiça: o Governo Federal tem se esforçado e temos que

reconhecer o volume de obras do Governo Federal, haja vista que aqui mesmo foram retomadas as obras e o atual governo [Lula] tem feito sua parte", afirmou.

Em um breve relato à imprensa, o governador Mauro Mendes agradeceu ao presidente Lula pela parceria para construção de casas populares e elogiou a atuação de Jader Filho.

"Lula passou claramente essa determinação de trabalhar nessas parcerias e o ministro Jader se mostra muito competente e eficiente", pontuou.

Em suas redes sociais, o presidente do

diretório estadual do PT, deputado estadual Valdir Barranco, criticou o governador Mauro Mendes por "mudar" o nome do programa Minha Casa Minha Vida, substituindo-o pelo SER Família Habitação. Barranco apontou que Mauro não executou nenhum programa habitacional durante seu primeiro mandato.

"Quero parabenizar o presidente Lula, porque na quinta-feira, o ministro Jader lançou mais de 8 mil casas do programa Minha Casa Minha Vida em Mato Grosso. É importante que todos os mato-grossenses saibam

que esse programa, por mais que seja executado pelo governador Mauro Mendes, que mudou o nome do programa para não dar os créditos ao Lula, mas os recursos são do Governo Federal. É do programa Minha Casa Minha Vida. No ano passado, e anos anteriores, durante 5 anos do governo do presidente inelegível [Jair Bolsonaro], ele não fez uma única casa em Mato Grosso. E agora, o anúncio das 8 mil casas é do programa do governo Lula. Estaremos aqui para fiscalizar qualquer desvio de finalidade deste programa do Governo Federal", declarou.

FOGO NO PARQUINHO

"Competência sempre incomoda os incompetentes"

Da redação

Presidente da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Eduardo Botelho (UB) tentou evitar fazer críticas ao seu principal rival na disputa pela Prefeitura de Cuiabá, o deputado federal Abílio Júnior (PL), que tem feito críticas constantes ao parlamentar em suas redes sociais. Mesmo assim, Botelho deu algumas alfinetadas no liberal, durante conversa com jornalistas nesta quarta-feira, 22 de novembro.

No mesmo dia, uma nova rodada de pesquisa divulgada pelo instituto Gazeta Dados apontou que Botelho está na liderança das intenções de voto, com 21%, embora ainda tecnicamente empatado com Abílio, que apareceu com 17%.

Questionado sobre os ataques que vem sofrendo, o presidente da Assembleia tentou se

esquivar e aliviar a mão, mas acabou disparando alfinetadas. "Infelizmente, a competência sempre vai incomodar os incompetentes".

Mais comedido, Botelho afirmou que não vai fazer o jogo de acusações e baixarias durante a disputa eleitoral. Ele avalia que é mais importante apresentar propostas e acredita que a população saberá separar quem "só ataca" de "quem trabalha".

"A população está vendo quem trabalha e quem só quebra vidraça, jogando pedras. Eu vou procurar construir uma Cuiabá melhor, reflorestar Cuiabá, para voltarmos a ter uma cidade verde, uma melhor mobilidade, com trânsito melhor e para voltarmos a ter uma cidade agradável e uma cidade que orgulha os cuiabanos", disse.

Antecipando o debate eleitoral, Abílio Júnior tem usado suas re-

des sociais para disparar ataques contra Botelho nos últimos meses. Ele já afirmou que uma eventual gestão de Botelho seria a continuação da atual administração, de Emanuel Pinheiro (MDB), e que o presidente da Assembleia teria "aberto os cofres" do Legislativo para ganhar força na eleição, bancando ações sociais para fazer seu nome.

Questionado sobre essas acusações, Botelho

afirmou que não irá deixar de trabalhar por causa das críticas que recebeu de Abílio e enfatizou que tem apresentado serviços em diversos setores.

"Eu vou continuar trabalhando, levando o esporte para os bairros, os programas de regularização fundiária e outros. Se ele [Abílio] está criticando, está criticando as emendas para atender os feirantes e várias outras ações boas nos bairros", concluiu.

INÍCIO IMEDIATO

TJ homologa acordo para zerar fila de cirurgias

Da redação

O desembargador Orlando Perri, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), homologou um Termo de Acordo de Conduta (TAC) para o Gabinete de Intervenção na Saúde de Cuiabá zerar a fila de espera de cirurgias. O acordo foi firmado entre o Ministério Público (MPE), Tri-

bunal de Contas do Estado (TCE) e o Município de Cuiabá. Com o TAC, o Gabinete deve realizar 2.253 cirurgias que não foram feitas por falta de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME). O acordo foi assinado na sexta-feira, 17.

"À vista do exposto, homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebra-

do pelo Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e o Município de Cuiabá, por intermédio do Gabinete de Intervenção do Estado na Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, em conjunto com o Estado de Mato Grosso, e o faço com fundamento no art. 487, III, do CPC", decidiu o desembargador.

Com a homologação, os envolvidos têm 10 dias para iniciar as operações do acordo. O gabinete deve dar início ao processo licitatório para adquirir os materiais de alto custo necessários para as cirurgias.

No acordo, o Gabinete de Intervenção ficou responsável por fazer as cirurgias, regular as filas, gerenciar os pro-

fissionais e gerenciar também os espaços hospitalares para a recuperação e para realização dos procedimentos.

Os materiais de alto custos, OPME, serão usados exclusivamente para cirurgias cardiovasculares, neurológicas, ortopédicas e cirurgia geral.

Além da enorme fila de espera, a decisão foi

sustentada após o desembargador entender que a falta dos materiais cirúrgicos causa impacto na fila de espera, já que o Município de Cuiabá possui uma equipe médica especializada para a realização dos procedimentos cirúrgicos, faltando apenas as Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME).

 **prefeituracba** **cuiabaprefeitura**

tem
trabalho
tem **mudança**
e Cuiabá
avança



Tem muito trabalho acontecendo pra seguir mudando a vida da nossa gente. É que a Prefeitura de Cuiabá já está trazendo os resultados para a população.



NOVIDADES:

Kit Escolas / Novas Creches / Contorno Leste Avançado
HMC renovado / 170 praças novas / 142 novos ônibus
com ar-condicionado e muito mais.



Acompanhe
o que a
Prefeitura
já fez!



(DES)UNIÃO BRASIL

Botelho ironiza Garcia e diz estar pronto para deixar o União, mas ainda acredita que conseguirá viabilizar sua candidatura pelo partido

“Pode fazer a carta que eu aceito”

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, rebateu o chefe da Casa Civil, Fábio Garcia, que teria deixado as portas do União Brasil abertas para sua saída. Em conversa com jornalistas na quarta-feira, 22 de novembro, Botelho ironizou a fala de Garcia e disse que aceita de bom grado a carta de liberação, para que possa deixar o partido sem incorrer na penalidade de infidelidade partidária, que poderia lhe custar o cargo de deputado.

Na terça, Garcia afirmou que nunca houve problema para conceder a carta de liberação a Botelho, pois uma reunião da Executiva do partido já teria definido em favor da liberação de quem quiser deixar a sigla.

“Eu vou aguardar a conversa com o governador e aí nós vamos tomar uma posição. Eu espero, inclusive, se o

Fábio... O Fábio não é o presidente, mas se ele quiser me liberar, pode fazer a carta que eu aceito”, ironizou Botelho.

Garcia e Botelho travam um verdadeiro cabo de guerra dentro do União Brasil, para serem escolhidos como candidatos do partido a prefeito de Cuiabá nas eleições de 2024. O chefe da Casa Civil tem a preferência declarada do governador Mauro Mendes, presidente do União Brasil, e da primeira-dama Virgínia Mendes. Botelho, por outro lado, tem a preferência de figuras expressivas dentro da agremiação, especialmente os deputados estaduais da sigla.

Questionado se ainda vê possibilidade de lançar sua candidatura pelo União, Botelho disse acreditar que conseguirá mudar a opinião do governador. Porém, ele deixou claro que não está preocupado em ligar sua candidatura a nenhuma figura política.

“Eu ainda vejo possibilidade, sim. Eu espero que o governador, ou o grupo, revejam. Se não rever, que me libere. Eu não tenho problema nenhum. Eu não estou fazendo campanha em nome de ninguém, numa pré-campanha. Eu não estou dizendo que sou candidato de A ou de B, eu sou candidato de Botelho, de Deus e do povo. Então, eu não tenho essa preocupação de ser candidato de Mauro, de Emanuel, de Lula ou de Bolsonaro. Eu não sou candidato de ninguém deles”, pontuou.

Aos jornalistas, Botelho explicou que está aguardando uma reunião com o governador até o começo de dezembro, para definir seu futuro político. Em reunião anterior do partido, foi definida a realização de uma pesquisa qualitativa para a escolha do candidato a prefeito, ideia que não agradou a Botelho.



Botelho ainda ver chances de ser candidato pelo União Brasil e espera reunião com Mauro Mendes

“Eu acho que a qualitativa é importante também, mas não pode desprezar a quantitativa né? Porque a quantitativa é numérica, é a vontade expressa nas ruas, da população. E a qualitativa

ela dá uma tendência de quem pode crescer, o que pode acontecer. Ela não é numérica, ela é subjetiva”, avaliou.

Caso não chegue a um consenso dentro do União Brasil, o pre-

sidente da Assembleia deve migrar para o PSD, do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, que já lhe ofereceu as condições necessárias para lançar sua candidatura a prefeito de Cuiabá.

ÁREA JÁ FOI DOADA

Presidente do TCE revela construção de nova sede



Sérgio Ricardo explica que prédio atual do TCE deve ser doado ao governo, para instalação de secretarias

Da redação

Recém-empossado presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o conselheiro Sérgio Ricardo revelou nesta terça-feira, 21 de novembro, que já estuda a possibilidade de construir uma nova sede para a Corte de Contas. O objetivo é ampliar a estrutura do Tribunal, com novas secretarias e um espaço mais moderno para a Escola de Contas.

O Estadão Mato Grosso apurou que o Governo do Estado já realizou a doação de uma área atrás do Hospital de Câncer (HCan), no Centro Político Administrativo, para ser a nova casa do TCE. O terreno possui

357,9 mil m² de área e 3,628 metros de perímetro.

Sérgio Ricardo conta que já conversou com o governador Mauro Mendes (União) sobre o projeto. Segundo ele, a iniciativa trará economia ao Estado, pois o prédio atual do TCE deve ser cedido ao Governo do Estado, para abrigar alguma secretaria e aliviar os gastos com aluguéis do Executivo.

“Inclusive, já tive uma primeira conversa com o governador. Hoje, o Governo do Estado aluga prédios em todos os cantos. Então, há possibilidade, sim, de o TCE construir uma sede em outro local e ceder toda essa área do Tribunal de Contas, já

que o prédio está colado ao Palácio. E para que haja esse espaço, onde o Governo do Estado possa colocar as secretarias. Enfim, é um prédio muito grande, que poderia ser agregado ao Palácio e o Governo iria deixar de pagar vários aluguéis”, justificou.

Conforme informações obtidas pela reportagem, os conselheiros pretendem construir uma megaestrutura, que tem sido apelidada de “Cidade de Contas”. Além de novas secretarias, o TCE pretende construir uma Escola de Contas para capacitar vereadores, prefeitos e deputados na gestão dos recursos públicos.

“Para que o Tribunal de Contas possa ir

para uma sede maior, mais confortável, onde possa implementar as mudanças que quer implementar, inclusive com as novas secretarias que nós queremos criar, sendo a Secretaria de Inovação Tecnológica. A nossa Escola de Contas, que queremos fazer ainda, porque queremos criar um curso em convênio com o Ministério da Educação (MEC) para que possam ser geridos diplomas de gerente de cidades”, explicou.

Apesar de comentar seus planos, o conselheiro não informou se já existe projeto do empreendimento e nem deu data para início da construção da nova sede do TCE.

ORIENTAÇÃO DO PT

Só Fávaro vota contra ‘PEC do STF’

Da redação

O Senado aprovou na noite dessa quarta-feira, 22 de novembro, a PEC 8/2021, que limita decisões monocráticas (individuais) no Supremo Tribunal Federal (STF) e em outros tribunais superiores. O texto recebeu o apoio de 52 senadores (3 a mais que o necessário para aprovação da PEC), enquanto 18 senadores foram contrários. O placar se repetiu nos dois turnos de votação. De Mato Grosso, apenas o senador Carlos Fávaro (PSD) votou contra a proposta, tendo os senadores Jayme Campos (UB) e Wellington Fagundes (PL) votaram sim.

Fávaro deixou o cargo de ministro da Agricultura, na terça-feira (21) para votar a favor das pautas de interesses do governo Lula.

Durante o debate no Plenário, parte dos senadores rechaçou a ideia de

que a medida seria uma retaliação à Suprema Corte, enquanto outros apontaram que ela seria uma invasão indevida nas atribuições daquele Poder. A proposta de emenda constitucional ainda será analisada pela Câmara dos Deputados.

Apresentado pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), o texto veda a concessão de decisão monocrática que suspenda a eficácia da lei. Decisão monocrática é aquela proferida por apenas um magistrado — em contraposição à decisão colegiada, que é tomada por um conjunto de ministros (tribunais superiores) ou desembargadores (tribunais de segunda instância). Senadores decidiram retirar da proposta trecho que estabelecia prazos para os pedidos de vista.

“Eu luto por essa PEC há cinco anos. O equilíbrio dos Poderes voltará a este país. Eu espero que a Câmara dos De-

putados não pare, continue. O Brasil precisa ser modificado, e hoje nós fizemos isso”, disse Oriovisto.

Antes da votação, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse que a medida não é uma retaliação, mas um aprimoramento ao processo legislativo.

“Não é resposta, não é retaliação, não é nenhum tipo de revanchismo. É a busca de um equilíbrio entre os Poderes que passa pelo fato de que as decisões do Congresso Nacional, quando faz uma lei, que é sancionada pelo presidente da República, ela pode ter declaração de institucionalidade, mas que o seja pelos 11 ministros, e não por apenas 1”, disse.

Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi outro a afastar a ideia de confronto. Ele reforçou que a mudança tem como objetivo aperfeiçoar o Judiciário e garantir assim a

análise mais célere dos processos.

“A população brasileira espera de nós, senadores, buscando o mínimo de estabilidade jurídica, de estabilidade política, de estabilidade das leis que são aprovadas aqui no Congresso Nacional, e obviamente não tem nenhum sentido virem a ser sustadas, suspensas por um único ministro do Supremo, por mais que ele possa ter razão, mas após uma análise de um colegiado”, argumentou.

Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) informou que não havia uma posição firmada pelo governo, mas anunciou seu voto favorável à proposta. Já o líder do PT, Fabiano Contarato (ES), orientou voto contrário e afirmou que a medida restringe a atuação do STF.

“Imaginem que nós temos uma pandemia, que todos os órgãos de controle sanitário de-



Fávaro deixou o cargo de ministro da Agricultura para votar a favor das pautas de interesse do governo Lula

terminem lockdown, e temos um presidente — hipoteticamente — que seja negacionista e baixe um ato determinando a abertura do comércio. Com essa PEC, não é mais possível um ministro decidir e deter-

minar que aquele ato do presidente da República é inconstitucional para preservar o principal bem jurídico que é a vida humana” disse Contarato.

* Com informações Agência Senado

TENSÃO NO CAMPO

Fortemente afetados pela onda de calor e escassez de chuvas, produtores já cogitam antecipar o plantio do algodão para compensar as perdas da soja

Quebra na safra pode passar de 10%

Gabriel Soares

Fortemente afetada pela onda de calor e falta de chuvas nos últimos meses, a produção de soja em Mato Grosso deve recuar mais de 10%. A estimativa foi feita pelo presidente eleito da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Lucas Costa Beber, em conversa com jornalistas na quinta-feira, 23 de novembro. Marco tradicional do início do período chuvoso, o mês de novembro tem sido seco em Mato Grosso, devido ao fenômeno El Niño.

O período prolongado de estiagem atrasou o início do plantio da soja e a onda de calor afetou a germinação das sementes que foram lançadas entre outubro e o começo de novembro. Conforme noticiado pelo jornal Estadão Mato Grosso, alguns produtores precisaram replantar áreas devido às perdas.

“O período de estiagem atrasou o plantio da soja. Nós viemos de uma excelente produção da soja, mas nós devemos ter aí uma queda acentuada. Ainda é difícil contabilizar, porque está



Segundo Lucas Beber, produtores estão avaliando a troca da soja pelo algodão, para conter as perdas devido ao clima

muíto cedo, mas podem passar dos 10% as perdas, se o clima persistir da maneira que está. E nós podemos ter uma redução no plantio da área de milho, por inviabilizar, por estar fora da janela. E, mesmo assim, a gente acredita que muitos produtores vão insistir, porém, com

alto risco de não produzir dentro do esperado”, disse Lucas. Devido ao atraso no plantio e às perdas já registradas, alguns produtores já desistiram da safra de soja e se preparam para antecipar a semeadura do algodão. Essa mudança traz o risco de perder a produção

de soja, mas pode compensar para o produtor porque o algodão produz mais pluma por hectare quando plantado em dezembro, em vez de janeiro, na segunda safra. O presidente da Aprosoja ainda não tem os dados para detalhar a abrangência dessa mudança, mas adianta que

se trata de produtores com áreas que chegam a 4 mil hectares. “Ainda é difícil contabilizar, mas a gente tem, por exemplo, relatos de produtores de áreas de mais de 4 mil hectares que vão deixar de plantar. Vários produtores, áreas bem significativas, que vão deixar de plantar

a soja já por estar fora da janela e vai diretamente para o algodão, ou seja, a área que não vai produzir soja também. Mas é difícil contabilizar hoje porque o nosso estado é muito grande, muito manchado, tem muitas realidades. Praticamente, Mato Grosso a gente tem que tratar como um país e não como um estado”, relatou.

Ainda há expectativa de que as chuvas pontuais registradas na última semana ajudem na recuperação da soja que já foi plantada. Por isso, os produtores devem pensar nas próximas semanas os prós e contras da troca de cultura, da soja pelo algodão.

Apesar de admitir que haverá uma queda na produção, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) ainda não reviu suas projeções para a safra 2023/24. Diante desse cenário, permanece a previsão de plantio de soja em 12,22 milhões de hectares. Com uma produtividade projetada em 59,70 sacas por hectare, a estimativa é de uma produção de 43,78 milhões de toneladas, 3,39% a menos que a safra passada.

GUARDIÃO DAS ÁGUAS

Aprosoja já protege mais de 100 mil nascentes



Segundo dados divulgados pela Aprosoja, 95% das nascentes monitoradas estão em bom estado de preservação

Da redação

Mato Grosso é rico em recursos hídricos, com rios, córregos e nascentes que mais se parecem oásis em meio a vegetação. Boa parte dessa riqueza natural é preservada pelos próprios produtores rurais, conforme demonstra o programa Guardião das Águas, da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT).

O projeto foi iniciado em 2017 no município de Tapurah, em parceria com o Instituto Ação Verde (IAV), identificando e catalogando 805 nascentes naquele ano, e alcançou a marca de 105.185 nascentes em 57 municípios do estado. Somente ao longo dos últimos três anos, foram 40,3 mil nascentes catalogadas em 36 municípios que produzem soja e milho.

O projeto demonstra que de 105.185 nascentes, cerca de 95% estão bem conservadas. “Esse é um projeto sensacional, o intuito dele é romper conversas, versões, narrativas e inverdades sobre a sustentabilidade da agricultura. Esse é um dado que corrobora o que MT faz de melhor, que é produzir de maneira sustentável”, destaca Fernando Cadore, presidente da Aprosoja-MT.

De acordo com a gerente da Comissão de Sustentabilidade, Marlene Lima, o projeto vai ampliar os levantamentos em 2024, além de estimular o engajamento dos produtores, entes públicos e sociedade civil na recuperação de nascentes que não foram consideradas boas ou excelentes, dando início a mais uma fase do projeto.

“O restauro dentro da propriedade fica sempre na responsabilidade do produtor. Então, a gente vai levar para o município para que tenha o engajamento do produtor nas restaurações”, pontua Marlene. Segundo Marlene, essa nova fase do projeto começará no município de Sorriso, promovendo também ações junto as prefeituras, escolas e a sociedade.

Marlene Lima também destaca que a Aprosoja-MT vai levar o projeto para seus núcleos e incentivar que os delegados que representam a entidade no interior trabalhem conscientizando o produtor da necessidade de preservação dos recursos hídricos e restaurar aquelas que precisam de intervenção.

“O Guardião das Águas mostra que o produtor rural tem consci-

ência ambiental, que ele preserva, que ele produz e, ao mesmo tempo, tem uma atenção e cuidado pelas águas que estão dentro da propriedade dele. A ideia é divulgar esses dados, nossos ativos ambientais e o quanto o produtor de

soja e milho preserva”, completa Marlene. **DAS ÁGUAS** - O Guardião das Águas é uma iniciativa desenvolvida pela Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), em parceria com o Ins-

tituto Ação Verde (IAV), e visa orientar e apoiar o produtor rural nas ações ambientais. Os objetivos estão diretamente aliados a conservação de recursos hídricos, à proteção da biodiversidade, em áreas urbanas e rurais.

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

Esquadrias de ALUMINÍO

LINHAS:	CORES:
⊗ Suprema	⊗ Bronze
⊗ Gold	⊗ Branco
⊗ 30 Infinite	⊗ Prata Fosca
⊗ 42 Reforçada	⊗ Amadeirado
	⊗ Preto

SERRALHERIA COMPLETA
Máquinas de última geração

Vidraçaria & Serralheria

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

NOSSOS PRODUTOS

⊗ Envidraçamento de Socadas	⊗ Coberturas de Vidro
⊗ Box para Banheiro	⊗ Guarda-Corpo de Vidro
⊗ Espelhos	⊗ Esquadrias de Alumínio
	⊗ E muito mais...

Fale Conosco
(65) 3642-3344
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285
Bosque da Saude, Cuiabá - MT, 78050-175
www.casadosvidrosmt.com.br

TRIBUTÁRIA

Governador aponta ‘armadilha’ na reforma tributária aprovada pelo Senado e vê possibilidade de encolhimento na receita do Estado

'Reforma terá graves consequências'

Gilberto Leite

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (União) declarou na terça-feira, 21 de novembro, que tem grande preocupação com os impactos da reforma tributária para o estado de Mato Grosso e também para o Brasil. Em conversa com jornalistas, Mauro ressaltou que Mato Grosso sofrerá grandes perdas de arrecadação com a mudança na forma de tributação e a desoneração de todas as cadeias produtivas que têm foco na exportação, como o agronegócio e a mineração – carros-chefes da economia mato-grossense.

O texto da reforma tributária já foi aprovado na Câmara e no Senado, mas precisará passar por uma nova votação na Câmara para validar as alterações promovidas pelos senadores. Apesar disso, o governo federal tem com a perspectiva de aprovação final ainda em 2023.

“A reforma tributária é algo que me preocupa como cidadão e, hoje, como governador. Vejo

que estamos cometendo alguns equívocos, eu tenho falado insistentemente sobre isso. Embora todos nós brasileiros desejemos que haja uma simplificação do modelo tributário, que haja uma redução da carga tributária, eu temo que isso não vai acontecer, porque importantes setores da economia brasileira vão deixar de pagar esse novo imposto. Se alguém vai pagar menos, alguém vai ter que pagar mais”, destacou Mauro.

Um dos principais fatores que trará prejuízos ao estado de Mato Grosso é a mudança na forma de tributação, que deixará de ser feita no local de produção e passará a ser feita no local de consumo. Mato Grosso é um grande produtor, mas tem um mercado consumidor muito pequeno, o que deve afetar sua capacidade de arrecadação. Dados apresentados pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) durante a primeira fase de tramitação da reforma apontavam que Mato Grosso poderia perder até 30%

de sua arrecadação, com um prejuízo de R\$ 100 bilhões em 40 anos.

Mauro apontou ainda que a reforma resultará na desoneração da cadeia produtiva, incluindo setores como o agro-negócio e a mineração, o que deve impactar na perda de receita para o Estado e na dificuldade de manutenção de obras de infraestrutura, como as rodovias.

Diante da perspectiva negativa, os parlamentares de Mato Grosso concentraram esforços para preservar o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que garante um adicional de aproximadamente R\$ 3 bilhões para o Estado investir em infraestrutura.

“Nós vamos deixar de crescer como crescemos nos últimos anos. Nós vamos de uma reta de crescimento, que estamos hoje, para uma reta de estabilização ou até queda. Então, a existência do Fethab pelo menos vai garantir que a infraestrutura do estado, tão importante para a competitividade, vai



Apesar das críticas, Mauro comemora aprovação de emenda que garante o Fethab por mais 20 anos

ter recursos garantidos nos próximos 20 anos”, afirmou.

Mauro apontou ainda que a reforma tributária pode trazer graves consequências para os serviços públicos, já que não houveram mudan-

ças no custo do Estado brasileiro antes de mexer na tributação.

“Afinal de contas, essa reforma não mexeu no custo do Estado brasileiro. O salário do PM não vai diminuir, do professor, o custo de

fazer obra pública, da Saúde, não vai diminuir. Aliás, todo dia aumenta nesse país. Então, isso vai, no médio prazo, trazer graves consequências para o cidadão e para o Estado brasileiro”, concluiu.

POLÊMICA NO CAMPO

MT vai retaliar Moratória da Soja

Rodolfo Perdigão/Secom-MT

Da redação

O governador Mauro Mendes (União Brasil) anunciou que adotará medidas para contornar a medida conhecida como “Moratória da Soja”, que na prática limita a compra de grãos produzidos em áreas desmatadas, mesmo que dentro da legalidade. A primeira tentativa será feita de forma amigável. Porém, não tendo sucesso, o Estado de Mato Grosso deve cortar os benefícios fiscais das empresas envolvidas.

O anúncio foi feito na terça-feira, 21 de novembro, após reunião com o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Léo Bortolin (MDB), mais de 100 prefeitos de todo o estado e representantes das associações de classe do agronegócio.

“Mesmo existindo o Código Florestal, essa autorização legal [para o desmate], elas não querem respeitar e não estão querendo comprar de produtores mato-grossenses que tenham feito algum desmatamento a partir de 2008, independente dessa autorização existente na lei brasileira. Isso é um desrespeito ao Congresso Nacional, que fez essa lei, é um desrespeito ao cidadão mato-grossense, que trabalha com honestidade e que está cumprindo a lei”, disse o governador.

A Moratória da Soja é uma iniciativa da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que restringe seus associados de comprar o grão se ele tiver sido produzido em área desmatada na região da Amazônia Legal após 2008. Na prática, um produtor só pode



Moratória da Soja dificulta venda de soja de áreas desmatadas, mesmo que legalmente, após o ano de 2008

plantar soja em uma área se ela tiver sido aberta antes desse marco temporal. A medida já está em vigor desde 2006, tendo seus efeitos práticos após o marco estipulado.

O objetivo dessa medida, segundo a associação, é contribuir para o desmatamento zero da Amazônia e promover a sustentabilidade.

Acontece que o Código Florestal Brasileiro permite que os produtores desmatem até 20% da área se ela estiver situada no bioma da Amazônia, e 65% quando o bioma for Cerrado. A interpretação do Governo, entidades e produtores é que a Moratória da Soja viola a livre concorrência e a lei brasileira, uma vez que a produção está dentro da legalidade.

Em vigor há quase 20 anos, a medida da Abiove sempre foi criticada pelos produtores, mas agora ganha um novo tom, já que o Governo

tomou para si a responsabilidade de reverter a situação.

Isso porque os efeitos da Moratória da Soja impactam diretamente o desenvolvimento dos Municípios e do Estado. Cidades que não estão no território amazônico já exploram sua potencialidade. Porém, aquelas que estão nessa área afetada não podem produzir dentro de sua capacidade máxima permitida pela lei, gerando menos emprego e menos movimento na economia local.

Com menos dinheiro em movimento, também há menor poder de compra e menos contratação de serviços, o que impacta diretamente nos cofres públicos. O resultado é menos recursos para investir nos serviços públicos, como Infraestrutura, Saúde, Segurança e Educação.

Participaram do encontro represen-

tes da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato); Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja); o presidente da AMM, Léo Bortolin; prefeitos de todo o estado; o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia; e os deputados estaduais Gilberto Cattani (PL) e Valmir Moretto (Republicanos).

RECUPERAÇÃO

Taxa de desemprego cai para 7,7% no 3º trimestre

Vitor Abdala/ABR

A queda na taxa de desemprego no país, de 8% no segundo trimestre para 7,7% no terceiro trimestre deste ano, foi puxada principalmente pelo recuo do indicador em São Paulo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a taxa no estado recuou de 7,8% para 7,1% no período.

“A queda no Brasil não foi um processo disseminado nos estados. A maior parte das unidades da Federação mostra tendência de redução na taxa de desocupação, mas apenas três estados registram queda estatisticamente significativa, principalmente por causa da redução da desocupação. E São Paulo tem uma importância dado o contingente do mercado de trabalho, o que influencia bastante a queda em nível nacional”, explica a pesquisadora do IBGE Adriana Beringuy.

Além de São Paulo, apresentaram queda significativa na taxa de desemprego os estados do Maranhão (de 8,8% para 6,7%) e Acre (de 9,3% para 6,2%).

Em 23 unidades da Federação, a taxa manteve-se estatisticamente estável. Apenas em Roraima houve crescimento da taxa de desemprego, ao passar de 5,1% para 7,6%.

No terceiro trimestre deste ano, as maiores taxas de desemprego foram observadas na Bahia (13,3%), em Pernambuco (13,2%) e no Amapá (12,6%). As menores taxas ficaram com os estados de Rondônia (2,3%), Mato Grosso (2,4%) e Santa Catarina (3,6%).

COMPARAÇÕES - Na comparação por sexo, a taxa de desocupação no terceiro trimestre foi de 6,4% para os homens e de 9,3% para as mulheres. Em relação à cor ou raça, a taxa entre os brancos ficou em 5,9%, enquanto entre os pretos o indicador foi de 9,6% e entre os pardos, de 8,9%.

Considerando-se o nível de instrução, a maior taxa de desocupação ficou entre as pessoas com ensino médio incompleto (13,5%). Para as pessoas com nível superior incompleto, a taxa foi de 8,3%, mais que o dobro da verificada para o nível superior completo (3,5%).

PUBLICIDADE LEGAL
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.
(65) 99228-9990
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS • CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...
PUBLICAR